

A Onipotência do Estado é a Negação da Liberdade Individual

Juan Bautista Alberdi

Tradução de Renan Felipe dos Santos

Uma das raízes mais profundas das nossas tiranias modernas na América do Sul é a noção greco-romana do patriotismo e da Pátria, que devemos à educação clássica que nossas universidades têm copiado da França.

A Pátria, tal como a entendiam os gregos e os romanos, era essencial e radicalmente oposta ao que entendemos em nossos tempos e sociedades modernas. Era uma instituição de origem e caráter religioso e santo, equivalente ao que é hoje a Igreja, para não dizer mais santo que ela, pois era a associação das almas, das pessoas e dos interesses de seus membros.

Seu poder era onipotente e sem limites a respeito dos indivíduos de que se compunha.

A Pátria, assim entendida, era e tinha que ser a negação da liberdade individual, que é a liberdade de todas as sociedades modernas que são realmente livres. O homem individual se devia todo inteiro à Pátria; devia-lhe sua alma, sua pessoa, sua vontade, sua fortuna, sua vida, sua família, sua honra.

Negar à Pátria alguma dessas coisas era traí-la; era como um ato de impiedade.

Segundo estas ideias, o patriotismo era não só conciliável, senão idêntico e o mesmo que o despotismo mais absoluto e onímodo na ordem social.

A grande revolução que trouxe o cristianismo nas noções de homem, de Deus, de família, da sociedade como um todo, mudou radical e diametralmente as bases do sistema social greco-romano.

De qualquer forma, o renascimento da civilização antiga dentre as ruínas do Império Romano e a formação dos Estados modernos, conservaram ou reviveram os cimentos da civilização passada e morta, não no interesse dos Estados mesmos, ainda informes, senão na majestade de seus governantes, nos quais se personificavam a majestade, a onipotência e autoridade da Pátria.

Daí o despotismo dos reis absolutos que surgiram da feudalidade da Europa regenerada pelo cristianismo.

O Estado, ou a Pátria, continuou sendo onipotente a respeito da pessoa de cada um de seus membros; mas a Pátria personificada em seus monarcas ou soberanos, não em seus povos.

A onipotência dos reis tomou o lugar da onipotência do Estado ou da Pátria.

Os que não disseram: "O Estado sou eu", pensaram e creram como os que o disseram.

Sublevados os povos contra os reis, os substituíram no exercício do poder da Pátria, que ao fim era mais legítimo quanto a sua origem. A soberania do povo tomou o lugar da soberania dos monarcas ainda que teoricamente.

A Pátria foi todo e o único poder de direito, mas conservando a índole originária de seu poder absoluto e onímodo sobre a pessoa de cada um de seus membros; a onipotência da Pátria mesma seguiu sendo a negação da liberdade do indivíduo na república, como o havia sido na monarquia; e a sociedade cristã e moderna, em que o homem e seus direitos são teoricamente o principal, seguiu na realidade governando-se pelas regras das sociedades antigas e pagãs, em que a Pátria era a negação mais absoluta da liberdade.

Divorciado da liberdade, o patriotismo se uniu com a glória, entendida como os gregos e os romanos a entenderam.

Esta é a condição presente das sociedades de origem greco-romana em ambos os mundos (Velho e Novo). Seus indivíduos, antes de ser livres, são os servos da Pátria.

A Pátria é livre, enquanto não depende do estrangeiro: mas o indivíduo carece de liberdade, enquanto depende do Estado de um modo onímodo e absoluto. A Pátria é livre, enquanto absorve e monopoliza as liberdades de todos os seus indivíduos; mas seus indivíduos não o são porque o Governo retém todas as suas liberdades.

O "Contrato social" de Rousseau, convertido em catecismo de nossa revolução por seu ilustre corifeu o doutor Moreno, tem governado a nossa sociedade, na qual o cidadão segue sendo uma posse do Estado ou da Pátria, encarnada e personificada em seus Governos, como representantes naturais da majestade do Estado onipotente.

A onipotência do Estado, exercida segundo as regras das sociedades antigas da Grécia e de Roma, tem sido a razão de ser de seus representantes os Governos, chamados livres só porque deixaram de emanar do estrangeiro.

Outro foi o destino e a condição da sociedade que povoa a América do Norte.

Esta sociedade, radicalmente diferente da nossa, deveu à origem transatlântica de seus habitantes saxões a direção e compleição de seu regime político de governo, em que a liberdade da pátria teve por limite a liberdade sagrada do indivíduo. Os direitos do homem equilibraram ali em seu valor aos direitos da Pátria, e se o Estado foi liberto do estrangeiro, os indivíduos não foram menos livres com respeito ao Estado. Assim foi na Europa de sociedade anglo-saxã e assim foi na América do Norte de sociedade anglo-americana, caracterizadas ambas pelo desenvolvimento soberano da liberdade individual, mais que pela liberdade exterior ou a independência do Estado, devida, mormente a sua geografia insular na Inglaterra e ao seu isolamento transatlântico nos Estados Unidos.

A liberdade em ambos os povos saxões não consistiu em ser independente do estrangeiro, senão em ser cada cidadão independente de seu Governo pátrio.

Os homens foram libertos porque o Estado, o poder de seu Governo não foi onipotente, e o Estado teve um poder limitado pela esfera da liberdade ou o poder de seus membros, porque seu Governo não teve por modelo o das sociedades grega e romana.

Montesquieu disse que a Constituição inglesa saiu dos bosques da Germânia, no que talvez quisesse dizer que os destruidores germânicos do império romano foram livres porque seu Governo não foi de origem nem tipo latino.

À liberdade do indivíduo, que é a liberdade por excelência, deveram os povos do Norte a opulência que os distingue.

Os povos do Norte não devem sua opulência e grandeza ao poder de seus Governos, senão ao poder de seus indivíduos. São o produto do egoísmo mais que do patriotismo. Fazendo sua própria grandeza particular, cada indivíduo contribuiu com a riqueza de seu país. [1]

Este aviso interessa altamente à salvação das Repúblicas americanas de origem latina.

Seus destinos futuros deverão sua salvação ao individualismo, ou não serão salvos jamais se esperam que alguém os salve por patriotismo.

O egoísmo bem entendido dos cidadãos só é um vício para o egoísmo dos Governos que personificam aos Estados. Em realidade, o afã do próprio engrandecimento é o afã virtuoso da própria grandeza do indivíduo, como fator fundamental que é da ordem social, da família, da propriedade, do lar, do poder e bem-estar de cada homem.

As sociedades que esperam sua felicidade da mão de seus Governos esperam uma coisa que é contrária à natureza. Pela natureza das coisas, cada homem tem o encargo

providencial de seu próprio bem-estar e progresso, porque ninguém pode amar o engrandecimento de outro como o seu próprio; não há meio mais poderoso e eficaz de fazer a grandeza do corpo social que deixar a cada um de seus membros individuais o cuidado e poder pleno de buscar seu engrandecimento pessoal.

Mas não devemos esquecer que não foi grega nem romana toda a origem da onipotência do Estado e de seu Governo entre nós sul-americanos. Em todo caso não seria esta senão a origem mediata, pois a origem imediata da onipotência em que se afogam nossas liberdades individuais foi o organismo que a Espanha deu a seus Estados coloniais no Novo Mundo, cujo organismo não foi diferente nesse ponto do que a Espanha deu a si mesma no Velho Mundo.

Assim, a raiz e origem de nossas tiranias modernas na América do Sul não é somente nossa origem remota greco-romana, senão também nossa origem imediata e moderna de caráter espanhol.

A Espanha nos deu a compleição que devia ela mesma a seu passado de colônia romana que foi antes de ser província romana.

A Pátria em suas noções territoriais absorveu sempre ao indivíduo e se personificou em seus governos o direito divino e sagrado que eclipsaram totalmente os direitos do homem.

A onipotência do Estado ou o poder onímodo e ilimitado da Pátria a respeito dos indivíduos que são seus membros tem por consequência necessária a onipotência do Governo em que o Estado se personifica, ou seja, o despotismo puro e simples.

E não há mais meio de conseguir que o Governo deixe ou não chegue a ser onipotente sobre os indivíduos de que o Estado se compõe, senão fazendo que o Estado mesmo deixe de ser ilimitado em seu poder a respeito do indivíduo, fator elementar de seu povo. Um exemplo disto:

Quando o governador de Buenos Aires recebeu em 1835 dos representantes do Estado a soma de seus poderes públicos, não o teve pela lei, que tratou de diferenciá-lo. A lei, longe de ser causa e origem desse poder, teve por razão de ser e causa esse poder mesmo que já existia em mãos do chefe do Estado onipotente pela *Ordenanza de Intendentes*, constituição espanhola do Vice-reino de Buenos Aires, segundo cujas palavras, deveria continuar o vice-rei governador e capitão-general com o poder onímodo e as faculdades extraordinárias que lhe davam essa constituição e as *Leyes de Indias* de sua referência.

O contexto que o Governo hispano-argentino recebeu desta legislação é que suas leis ulteriores da revolução não reconstruíram de fato até hoje este ponto; e a República como o vice-reino colonial, seguiu estendendo o poder da Pátria sobre seus membros como entendiam as antigas sociedades da Grécia e de Roma.

Apesar de nossas constituições modernas, copiadas das que governam aos países livres de origem saxã, a nenhum liberal entre nós ocorreu duvidar de que o direito do indivíduo deve inclinar-se e ceder ante o direito do Estado em certos casos.

A República, portanto, continuou sendo neste ponto governada para proveito dos poderes públicos que substituíram o poder especial que lhe deu, sendo sua colônia, o contexto e compleição que convinha a seu real e imperial benefício.

A coroa espanhola não fundou suas colônias da América para fazer a riqueza e o poder de seus colonos, senão para fazer seu negócio e poder próprio. Mas para que esta não degenerasse em um sistema capaz de dar a riqueza e o poder aos colonos, no lugar de dá-los ao monarca, a colônia recebeu a Constituição social e política que deveria fazer de seu povo um mero instrumento do patrimônio Real, um simples produtor fiscal de contas de seu Governo e para seu real benefício.

Sem dúvida que as Constituições que regularam depois a conduta do Governo da República qualificaram de crime legislativo o ato de dar poderes extraordinários e onímodo a seus governantes; mas esta magnífica disposição não impediu que a soma de todos os poderes e forças econômicas do país ficassem de fato à disposição do Governo, que pode abusar desta por mil meios indiretos.

Como assim?

Se deixares nas mãos da Pátria, ou seja, do Estado, a soma do poder público, deixas nas mãos do Governo que representa e trabalha pelo Estado esta soma inteira do poder público.

Se o fazes por uma Constituição, esta Constituição será uma máquina produtora de um despotismo tirânico que não deixará de aparecer a seu tempo, pela mera razão de existir a máquina que lhe servirá de causa e ocasião suficiente.

Por Constituição entendo aqui, não a lei escrita a que damos este nome, senão a complexão ou construção real da máquina do Estado.

Se esta máquina é um fato da história do país, em vão a Constituição escrita pretenderá limitar os poderes do Estado a respeito do direito de seus indivíduos; de fato estes poderes seguirão sendo onipotentes.

São testemunhos confirmatórios desta observação os Governos republicanos que substituíram na direção do recente e moderno Estado aquele que o fundou, organizou e conduziu por séculos como colônia pertencente a um Governo absoluto e onímodo.

Enquanto a máquina que faz onipotente o poder do Estado exista viva e palpitante de fato, bem poderia chamar-se República livre e representativa por sua Constituição escrita: sua Constituição histórica e real, guardada em suas entranhas, a fará ser sempre uma colônia ou patrimônio do Governo republicano, sucessor de seu Governo realista e passado.

O primeiro dever de uma grande revolução, feita com a pretensão de mudar de regime social de governo, é mudar o contexto social que teve por objeto fazer do povo colonial uma máquina fiscal produtora de força e de proveito em serviço de seu dono e fundador metropolitano. De outro modo, as rendas e produtos da terra e do trabalho anual do povo seguiriam indo sob a república nominal aonde fossem sob a monarquia efetiva: aonde, por exemplo? A todas as partes, menos às mãos do povo.

As velhas arcas que eram recipientes do real tesouro se perderam como as águas de um rio, que se derrama até os campos ou se dissipa em valas que vão regar os pomares da classe ou porção do povo a quem coube o privilégio de seguir ocupando a esfera do antigo poder metropolitano e do usufruto dos benefícios que a máquina real seguirá fazendo do solo e trabalho do país.

Nas mãos desta porção ou classe privilegiada do país oficial seguirá existindo o poder e a liberdade de que seguirão vendo-se excluídos e privados os povos, sucessores nominais dos antigos soberanos.

Não será o Estado, senão seu representante (que é o Governo do Estado), o que seguirá exercendo e gozando a onipotência dos meios e poderes entregues à Pátria pela maquinaria do velho edifício primitivo e colonial persistente.

Mas deixar em mãos do Governo da Pátria todo o poder público adjudicado à Pátria mesma, é deixar a todos os cidadãos que compõem o povo da Pátria sem o poder individual em que consiste a liberdade individual, que é toda e a real liberdade dos países que se governam, que se educam, que se enriquecem e engrandecem a si mesmos, pela mão de seus particulares, não de seus Governos.

"Os antigos", diz Coulanges, "tinham dado tal poder ao Estado, que o dia em que um tirano tomava em suas mãos esta onipotência, os homens já não tinham nenhuma garantia contra ele, e ele era realmente o senhor de sua vida e de seu destino".

Das considerações que precedem se deduz que o despotismo e a tirania frequente dos países da América do Sul não residem no déspota e no tirano, senão na máquina ou

construção mecânica do Estado, pela qual todo o poder de seus indivíduos, refundido e condensado, cede em proveito de seu Governo e fica nas mãos de sua instituição. O déspota e o tirano são o efeito e o resultado, não a causa da onipotência dos meios e forças econômicas do país postas em poder do estabelecimento de seu Governo e do círculo pessoal que personificam ao Estado pela maquinaria do Estado mesmo. Submersa e afogada a liberdade dos indivíduos neste caudal de poder público ilimitado e onipotente, resulta disto que a tirania da Pátria, onímoda e onipotente, é exercida em nome de um patriotismo por trás do qual vive eclipsada a liberdade do indivíduo, que é a liberdade patriótica por excelência.

Assim se explica que nas sociedades antigas da Grécia e da Itália, em que esta ordem de coisas era de lei fundamental, as liberdades individuais de vida, de conduta, de pensamento, de opinião, foram totalmente desconhecidas. O patriotismo tinha então nessas sociedades o lugar que tem o liberalismo nas sociedades atuais de tipo e de origem saxônica. O despotismo recebia sua sanção e desculpa do patriotismo do Governo onipotente em que a Pátria estava personificada.

A razão desta onipotência da Pátria entre os antigos é digna de ter-se sempre presente pelos povos modernos, que tomam por modelos a estes organismos mortos, de índole, de princípios e de propósitos radical e essencialmente opostos.

O que era, em efeito, a Pátria e o patriotismo, no sistema social e político das antigas sociedades da Grécia e de Roma? Insistamos em explicá-lo.

A palavra Pátria, entre os antigos, segundo De Coulanges, significava a terra dos pais, terra Pátria. A pátria de cada homem, era a parte do solo que sua religião doméstica ou nacional havia santificado, a terra em que extavam depositadas as ossadas de seus antecessores e que estavam ocupadas por suas almas. Terra sagrada da Pátria, diziam os gregos. Este solo era literalmente sagrado para o homem deste tempo, porque estava habitado por seus deuses.

Estado, Pátria, Cidade, estas palavras não eram uma mera abstração como nos tempos modernos; representavam realmente todo um conjunto de divindades locais, com um culto de todos os dias e crenças poderosas sobre a alma. Só assim se explica o patriotismo entre os antigos; sentimento enérgico que era para eles a virtude suprema em que todas as virtudes vinham a refundir-se.

Uma Pátria semelhante não era para o homem um mero domicílio. A pátria estava ligada ao homem por vínculo sagrado. Tinha que amá-la como se ama a uma religião, obedecê-la como se obedece a Deus, dar-se a ela por inteiro, girar em torno dela, consagrar-lhe seu ser. O grego e o romano não morriam por desprendimento em

obséquio de um homem, ou por honra; mas à sua Pátria deviam a sua vida. Porque se a Pátria é atacada, é a sua religião que é atacada, diziam eles.

Combatiam verdadeiramente por seus altares, por seus lares *pro aris et focis**; porque se o inimigo tomasse a cidade, seus altares eram derrubados, suas chamas simbólicas extintas, suas tumbas profanadas, seus deuses destruídos, seu culto despedaçado. O amor à Pátria era a piedade mesma dos antigos. Para eles, Deus não estava em todas as partes. Os deuses de cada homem eram aqueles que habitavam sua casa, sua cidade, sua província.[2]

O desterrado deixando a sua Pátria para trás, deixava também seus deuses. Mas como a religião era a fonte de que emanavam seus direitos civis, o desterrado perdia tudo isto, perdendo a religião de seu país pelo fato de seu desterro, não tinha mais direito de propriedade. Seus bens eram todos confiscados em proveito dos deuses e do Estado. Não tendo culto não tinha família, deixava de ser marido e pai.

O desterro da Pátria não parecia um suplício mais tolerável que a morte. Os jurisconsultos romanos lhe chamavam pena capital. [3]

***Nota do Tradutor: Por Deus e pelo País, ou, literalmente “pelos nossos altares e lares”.**

De onde nasciam estas noções sobre Pátria e patriotismo?

Era que a cidade havia sido fundada em uma religião e constituída como uma igreja. Daí a força, a onipotência e absoluto império que a Pátria exercia sobre seus membros. Concebe-se que numa sociedade estabelecida sobre tais princípios a liberdade individual não pudesse existir. Não havia nada no homem que fosse independente. Nem sua vida privada escapava a esta onipotência do Estado.

Os antigos não conheciam, portanto, nem a liberdade da vida privada, nem a liberdade de ensino, nem a liberdade religiosa. A pessoa humana valia muito pouco diante desta autoridade santa e quase divina que se chamava Pátria ou Estado.

Não era estranho, segundo estes precedentes históricos, que, tergiversados em seu sentido, induzissem aos revolucionários franceses do século passado, imitadores inconscientes das antigas sociedades da Grécia e de Roma, imitassem com exaltação estes modelos mortos.

A funesta máxima revolucionária de que a saúde do Estado é a lei suprema da sociedade, foi formulada pela antiguidade grega e romana.

Pensava-se então que o direito, a justiça, a moral, tudo devia ceder ante o interesse da Pátria.

Não houve, portanto, um erro maior do que crer que nas cidades antigas o homem desfrutara da liberdade. Nem ideia sequer tinha dela. Não acreditavam que pudesse existir direito algum em oposição à cidade e seus deuses.

É verdade que revoluções ulteriores mudaram esta forma de Governo; mas a natureza do Estado permaneceu quase a mesma. O Governo se chamou sucessivamente monarquia, aristocracia, democracia; mas nenhuma destas revoluções deu aos homens a verdadeira liberdade, que é a liberdade individual.

Ter direitos políticos, votar, nomear ou eleger magistrados, poder ser algum deles, é tudo o que se chamava liberdade; mas o homem não continuava menos vassalo do Estado do que esteve antes.

Concebe-se que falando de uma antiguidade tão remota e desconhecida, com esta segurança, me apoiei em autoridades que fizeram uma especialidade de seu estudo quase técnico. A que deixei explicada, por exemplo, pertence a uma das maiores capacidades da Escola Normal da França.

Não é que a erudição alemã seja menos competente para interpretar a antiguidade em matéria de instituições sociais, mas que a de um país latino, como a França, é mais compreensível para a América de mesma origem, que tem imitado em sua revolução seus mesmos erros e caído nas mesmas armadilhas, de que a ciência moderna dos franceses começa a dar-se conta pela pluma de pensadores como Alexis de Tocqueville, Coulanges, Taine, desde alguns anos atrás.

Mas aí não ficaram as coisas da nascente ordem das sociedades civilizadas da Europa cristã. Já desde antes que a grande e definitiva religião produzisse sua obra à sociedade moderna, a mesma sociedade antiga havia começado a mudar com a maturidade e progresso natural das ideias, suas instituições e regras de governo.

Disto, contudo, parecem não se dar bastante conta os povos atuais que tem buscado na restauração ou renascimento da antiguidade civilizada os elementos e a base de organização da sociedade moderna.

O Estado estava ligado estreitamente à religião, procedia dela e se confundia com ela.

Por isto é que na cidade primitiva todas as instituições políticas haviam sido instituições religiosas. [4]

As festas eram cerimônias de culto; as leis eram fórmulas sagradas; os reis e os magistrados eram sacerdotes. É por isso mesmo que a liberdade individual era desconhecida e que o homem não podia subtrair sua própria consciência à onipotência da cidade. É por isso, por fim, que o Estado era limitado às proporções de uma vila, sem poder transpor o espaço que seus deuses nacionais haviam traçado em sua origem.

Cada cidade tinha não só sua independência, mas também seu culto e seu código. A religião, o direito, o governo, tudo era municipal. A cidade era a única força viva; nada mais acima, nada mais abaixo; ou seja, nem unidade nacional, nem liberdade individual.

Mas este regime desapareceu com o desenvolvimento do espírito humano, e o princípio da associação dos homens, uma vez mudado, tanto o governo como a religião e o direito perderam este caráter municipal que tiveram na antiguidade.

Um novo princípio, a filosofia dos estoicos, ampliando as noções da associação humana, emancipou ao indivíduo. Não quis mais que a pessoa humana fosse sacrificada ao Estado. Este grande princípio, que a antiga cidade desconhecia, deveria ser um dia a mais santa das regras da política de todos os tempos.

Começou-se então a compreender que havia outros deveres além da Pátria ou do Estado; outras virtudes além das virtudes cívicas. A alma se ligou a outros objetos além da Pátria. A cidade antiga foi tão e tão tirânica, que dela fez o homem o fim de todo seu trabalho e de todas as suas virtudes; a Pátria foi a regra do belo e do humano, e não havia heroísmo senão para ela.

Em meio às mudanças que se produziram nas instituições, nos costumes, nas crenças, no direito, o próprio patriotismo mudou sua natureza, e esta é uma das coisas que mais contribuíram aos grandes progressos de Roma.

Não devemos esquecer o que foi o sentimento do patriotismo na primeira era das cidades gregas e romanas. Formava parte da religião daqueles tempos; se amava a Pátria porque se amava a seus deuses protetores, porque nela se achava seu altar, um fogo divino, festas, plegárias, hinos, e porque fora da Pátria não havia nem deuses nem culto. Tal pátrio-sistema era uma fé, um sentimento piedoso. Mas quando a casta sacerdotal perdeu seu domínio, esta classe de patriotismo desapareceu da cidade com ele. O amor da cidade não pereceu, mas tomou uma forma nova.

Não se amou mais à Pátria por sua religião e seus deuses: amou-se a ela somente por suas leis, por suas instituições, pelos direitos e a segurança que ela garantia a seus membros.

Este patriotismo novo não teve os efeitos daquele dos velhos tempos. Como o coração não se apegava mais ao altar, aos deuses protetores, ao solo sagrado, mas unicamente às instituições e às leis, que no estado de estabilidade em que todas as ideias se encontravam então mudavam frequentemente, o patriotismo se tornou um sentimento variável e inconstante, que dependia das circunstâncias e estava sujeito a iguais flutuações que o próprio governo.

Não se amou mais a Pátria, mas se amava o regime político que prevalecia nela na época. O que achava más as suas leis não tinha mais vínculo que o apegasse a ela.

O patriotismo municipal se debilitou desse modo e pereceu nas almas. A opinião de cada um lhe foi mais sagrada que sua Pátria, e o triunfo de seu partido lhe vieram a ser mais querido que a grandeza ou glória de sua cidade. Cada um veio a preferir antes de sua cidade natal, se ali não achava as instituições que amava, a tal outra cidade em que via estas instituições em vigor. Então se começou a emigrar mais voluntariamente, se temeu menos o desterro. Já não se pensava nos deuses protetores e se acostumavam facilmente a separar-se da Pátria.

Buscou-se a aliança de uma cidade inimiga para fazer triunfar seu partido na própria.

Poucos gregos havia que não estivessem prontos a sacrificar a independência municipal para ter a constituição que preferiam.

Quanto aos homens honestos e escrupulosos, as dissensões perpétuas de que eram testemunhas lhes davam desgosto do regime local ou municipal. Não podiam, em efeito, gostar de uma forma de sociedade em que era preciso bater-se todos os dias, em que o pobre e o rico estavam sempre em guerra.

Começava-se a sentir a necessidade de sair do sistema municipal para chegar a outra forma de governo que o da cidade ou local. Muitos homens pensavam, ao menos, em estabelecer mais acima das cidades uma espécie de poder soberano que velasse a manutenção da ordem e que obrigasse estas pequenas cidades turbulentas a viver em paz.

Na Itália não acontecia de outro modo como em Roma.

Esta disposição centralista dos espíritos fez a fortuna de Roma, disse De Coulanges. A moral da história deste tempo é que Roma não teria alcançado a grandeza que a pôs à frente do mundo, se não tivesse saído do espírito local ou municipal, e se o patriotismo nacional não tivesse substituído o patriotismo local ou provincial. [5]

Assim se desenhavam duas mudanças no prospecto da humanidade, que deveriam conduzir ao conceito de uma autoridade nacional e suprema, mais alta que a do estado municipal e que a liberdade do homem face à da Pátria e do Estado, como formando um contraforte de seu edifício.

Assim nem o patriotismo grande nem o pequeno marcaram o último progresso da sociedade humana.

Faltava a aparição e o reinado do individualismo, ou seja, da liberdade do homem, levantada e estabelecida à face da Pátria e do patriotismo, como existindo com eles harmonicamente.

Foi o caráter e o diferencial que as sociedades livres e modernas tomaram do espírito e da influência do cristianismo, fonte e origem da moderna liberdade humana, que transformou ao mundo.

Pode-se dizer com verdade que a sociedade de nossos dias deve ao individualismo, assim entendido, os progressos de sua civilização. Neste sentido, não é temerário estabelecer que o mundo civilizado e livre seja a obra do egoísmo individual, entendido ao modo cristão: Ama a Deus acima de tudo, ensinou, e a teu próximo como a ti mesmo, santificando deste modo o amor próprio a par do amor do homem.

Não são as liberdades da Pátria as que engrandeceram as nações modernas, mas as liberdades individuais com que o homem criou e trabalhou sua própria grandeza pessoal, fator elementar da grandeza das nações realmente grandes e livres, que são as do Norte de ambos os mundos.

“A iniciativa privada fez muito e fez bem” diz Herbert Spencer.

“A iniciativa privada desmontou, drenou, fertilizou nossos campos e edificou nossas cidades; ela descobriu e explorou minas, traçou rotas, abriu canais, construiu caminhos de ferro com suas obras de arte; ela inventou e levou à perfeição o arado, a tecelagem, a máquina a vapor, a prensa, inumeráveis máquinas; construiu nossos barcos, nossas imensas manufaturas, os recipientes de nossos portos; ela formou os Bancos, as Companhias de seguros, os jornais, cobriu o mar com uma rede de linhas a vapor, e a

terra com uma rede elétrica. A iniciativa privada conduziu a agricultura, a indústria e o comércio à prosperidade presente, e atualmente a impele na mesma via com rapidez crescente. Por isto desconfiais da iniciativa privada?" [6]

Tudo isto foi feito pelo egoísmo, ou seja, pelo individualismo, tanto na Inglaterra como em nossa América mais o menos. Tudo pode ser feito em nossos países por estes mesmos egoístas da Europa que entraram em nosso solo como emigrados, à condição de que lhes demos aqui a liberdade individual, ou seja, a segurança que lá tem pelas leis (porque esta liberdade lá significa segurança, se Montesquieu não entendeu mal as instituições inglesas).

Por acaso em nosso próprio país aconteceu outra coisa do que aconteceu na Inglaterra? A quem senão à iniciativa privada é devida a opulência de nossa indústria rural, que é o manancial da fortuna do Estado e dos particulares?

Fizeram mais por ela nossos melhores governos que a energia, a perseverança e a boa conduta de nossos agricultores, afamados a justo título?

Se há estátuas que se veem pouco em nossas ruas são as desses modestos trabalhadores e de nossa grandeza rural, sem a qual seria estéril a glória de nossa independência nacional.

Depois de ler o discípulo, leiamos o mestre de Herbert Spencer - o autor da Riqueza das Nações, Adam Smith, que a vê (a riqueza) nascer toda em sua formação natural da iniciativa inteligente e livre dos indivíduos:

"É às vezes a prodigalidade e a má conduta pública, jamais a dos particulares, o que empobrece a uma nação. Toda ou quase toda a receita pública é empregada em muitos países no sustento de pessoas improdutivoas. Tais são as que compõem uma corte numerosa e brilhante, um grande estabelecimento eclesiástico, grandes esquadras e grandes exércitos, que em tempos de paz não produzem nada, e que em tempo de guerra não adquirem nada que possa compensar sequer o que custa sua manutenção enquanto ela dura. Todas as pessoas que não produzem nada por si mesmas são mantidas pelo produto do trabalho dos outros."

"O esforço constante, uniforme e ininterrupto de cada particular para melhorar sua condição, princípio de onde emana originariamente a opulência pública e nacional, tanto como a opulência particular, é frequentemente bastante forte para fazer marchar as coisas para melhor,

e para manter o progresso natural, apesar da extravagância do governo e dos maiores erros da administração.”

“Semelhante ao princípio desconhecido da vida animal, ele restaura comumente a saúde e o vigor da constituição, a despeito não só da enfermidade, mas também das receitas absurdas do médico.” [7]

“O produto anual de suas terras e de seu trabalho (da Inglaterra) é sem contradição muito maior no presente, do que o era no tempo da restauração ou da revolução. O capital empregado no cultivo destas terras e no progresso deste trabalho deve, pois, ser igualmente muito maior. Em meio de todas as cobranças do Governo, este capital se acumulou em silêncio e gradualmente, pela economia e pela boa conduta particular dos indivíduos e pelo esforço universal, contínuo e ininterrupto, que fizeram eles para melhorar sua condição.”

“Este esforço, protegido pelas leis e pela liberdade de empregar sua energia da maneira mais vantajosa, é o que sustentou os progressos da Inglaterra até a opulência e a melhora em quase todas as épocas que a precederam, e que os sustentará ainda, como é de se esperar, em todos os tempos que sucederão.”

Resulta das observações contidas neste estudo que o que entendemos por Pátria e patriotismo habitualmente são bases e pontos de partida muito perigosos para a organização de um país livre, e antes de conduzir à liberdade, pode levar-nos ao polo oposto, ou seja, ao despotismo, por pouco que o caminho se equivoque. É muito simples o caminho por onde o extremo amor à Pátria pode alijar da liberdade do homem e conduzir ao despotismo pátrio do Estado. O que ama a Pátria sobre todas as coisas não está longe de dar-lhe todos os poderes e fazê-la onipotente. Mas a onipotência da Pátria ou do Estado é a exclusão e negação da liberdade individual, ou seja, da liberdade do homem, que não é em si mesma mais do que um poder moderador do poder do Estado.

A liberdade individual é o limite sagrado em que termina a autoridade da Pátria.

A onipotência da Pátria ou do Estado é toda a causa e razão de ser da onipotência do governo da Pátria, que lhe serve de personificação ou representação na ação de seu poder soberano.

Assim é como se viu invocar o patriotismo e a Pátria na Convenção francesa de 1793 e na Ditadura de Buenos Aires de 1840, em todas as violências com que foram pisadas as liberdades individuais do homem para o uso e posse de sua vida, de seu lar, de sua opinião, de sua palavra, de seu voto, de sua conduta, de seu domicílio e locomoção.

Todos os crimes públicos contra a liberdade do homem puderam ser cometidos; não só impune, mas também legalmente, em nome da Pátria onipotente, invocada por seu governo onímodo.

A liberdade do homem pode ser não somente incompatível com a liberdade da Pátria, como também a primeira pode ser desconhecida e devorada pela outra. São duas liberdades diferentes que frequentemente estão em desacordo e em divórcio. A liberdade da Pátria é a independência a respeito de todo país estrangeiro. A liberdade do homem é a independência do indivíduo a respeito do governo de seu próprio país.

A liberdade da Pátria é compatível com a maior das tiranias, e estas podem coexistir no mesmo país. A liberdade do indivíduo deixa de existir pelo próprio fato da Pátria assumir a onipotência do país.

A liberdade individual significa literalmente ausência de todo poder onipotente e onímodo no Estado e no governo do Estado.

As duas liberdades não são igualmente fecundas em seu poder fecundante da civilização e do progresso das nações. A onipotência ou despotismo da Pátria, para ser fecundo em bens públicos, necessita de duas coisas:

Primeira, ser "iluminado"; segunda, ser honesto e justo. Em Estados novos, que ensaiam ainda a constituição de seus governos livres, a onipotência da Pátria é estéril, e a de seu governo é destruidora. A liberdade do indivíduo em tais casos é a mãe nutridora de todos os avanços do país, porque seu povo abunda em estrangeiros imigrados que trouxeram ao país a inteligência e a boa vontade de melhorar sua condição individual mediante a liberdade individual que suas leis prometem e asseguram. Em países que foram colônias de governos de nova criação são débeis e ininteligentes para laborar o progresso de sua civilização.

A onipotência da pátria é excludente não só de toda liberdade, mas também de todo o progresso público, porque o obreiro favorito deste progresso é o indivíduo particular que sabe usar de sua energia e de seu poder naturais, para conservar e melhorar sua pessoa, sua fortuna e sua condição de homem civilizado.

Pois bem, como a massa ou conjunto destes indivíduos particulares é o que se denomina povo em acepção vulgar desta palavra, segue que é ao povo e não ao Governo a quem estão entregues as condições da sociedade sul-americana, a obra

gradual de seu progresso e civilização. E a máquina favorita do povo para levar a cabo esta elaboração é a liberdade civil ou social distribuída por igual entre seus indivíduos nativos e estrangeiros, que formam a associação ou povo sul-americano.

Se esta lei natural e fatal de próprio engrandecimento individual se denomina egoísmo, é necessário admitir que o egoísmo preceda o patriotismo na hierarquia dos obreiros e servidores do progresso nacional.

Os avanços do país devem marchar necessariamente em proporção direta ao número de seus egoístas inteligentes, laboriosos e enérgicos, e das facilidades e garantias que seu egoísmo fecundo e civilizador encontram para exercer-se e desenvolver-se.

A sociedade sul-americana estaria salva e assegurada em seu futuro de liberdade e de progresso, desde que fosse o egoísmo inteligente e não o patriotismo egoísta o convocado a edificar o edifício das Repúblicas da América do Sul.

E como não é natural que o egoísmo não descuide o trabalho de seu próprio engrandecimento individual, sob pena de danificar seu interesse cardeal, pode-se dizer com verdade perfeita que o progresso futuro da América do Sul está garantido e assegurado pelo fato de estar sob o protetorado vigilante do egoísmo individual que nunca dorme.

A onipotência da Pátria, convertida fatalmente em onipotência do Governo em que ela se personaliza, é não somente a negação da liberdade, mas também a negação do progresso social, porque ela suprime a iniciativa privada na obra deste progresso. O Estado absorve toda a atividade dos indivíduos, quando tem absorvidos todos os meios e trabalhos de aperfeiçoamento. Para levar a cabo a absorção, o Estado coloca nas fileiras de seus empregados os indivíduos que seriam mais capazes entregues a si mesmos.

Em tudo intervém o Estado e tudo faz por sua iniciativa na gestão de seus interesses públicos. O Estado se faz fabricante, construtor, empresário, banqueiro, comerciante, editor e se distrai assim de seu mandato essencial e único, que é proteger os indivíduos de que se compõe contra toda a agressão interna e externa. Em todas as funções que não são da essência do Governo, opera como um ignorante e como um concorrente daninho dos particulares, piorando o serviço do país, em vez de melhor servi-lo.

A matéria ou serviço da administração pública se transforma em indústria e ganha-pão para a metade dos indivíduos de que se compõe a sociedade. O exercício desta indústria administrativa e política, que é mero instrumento para ganhar o seu, leva o nome de patriotismo, pois toma o ar de serviço à Pátria o serviço que cada indivíduo faz pela pátria para viver. Naturalmente toma então o semblante de amor à Pátria -

grande sentimento desinteressado por essência -, o amor à mão que dá o pão com que se vive. Como não amar a Pátria como a sua vida, quando é a Pátria quem te faz viver?

Assim, o patriotismo não é religião como nos velhos tempos gregos e romanos, nem é sequer superstição nem fanatismo. É muitas vezes mera hipocrisia em suas pretensões à virtude, e em realidade um simples modo de ganhar algo.

E como os melhores industriais, os mais inteligentes e ativos são os imigrantes procedentes dos países civilizados da Europa, e estes não podem exercer a indústria-governo, por sua qualidade de estrangeiros, o mau desempenho do industrialismo oficial vem a causar-lhes danos, ou a conter sua imigração e prejudicar aos nacionais que não tem trabalho nas oficinas privilegiadas da administração política.

Se o jovem, em vez de disputar a honra de receber um salário como empregado ou agente ou servente assalariado do Estado, preferisse permanecer senhor de si mesmo no governo de sua granja ou propriedade rural, a pátria estaria desde então encaminhada rumo à sua grandeza, liberdade e progresso verdadeiro.

Outro dos grandes inconvenientes da noção romana de Pátria e patriotismo para o desenvolvimento da liberdade é que como a pátria era um culto religioso em sua origem, ela engendrava o entusiasmo e o fanatismo, ou seja, o calor e a paixão que cegam.

Daí nossos cantos à Pátria, entendidos de um modo místico, que remontam aos cânticos religiosos do patriotismo antigo e pagão.

O entusiasmo, disse a livre Inglaterra pela pena de Adam Smith, é o maior inimigo da ciência, fonte de toda civilização e progresso. O entusiasmo é um veneno que, como o ópio, faz fechar os olhos, e cega o entendimento; contra ele não há melhor antídoto que a ciência, diz o rei dos economistas.

Na América do Sul, envenenada com este tóxico, o entusiasmo é uma qualidade recomendável, longe de ser uma enfermidade perigosa. [8]

A liberdade é fria e paciente, de temperamento racional e reflexivo, não entusiasta, como demonstra o exemplo dos povos saxões realmente livres. Os americanos do Norte, como os ingleses e os holandeses, tratam seus negócios políticos, não com o calor que inspiram as coisas religiosas, mas como o mais prosaico da vida, que são os interesses que a sustentam. Jamais seu calor moderno chega ao fanatismo.

O entusiasmo engendra a retórica, o luxo da linguagem, o tom poético, que vai tão mal aos negócios, e todas as violências da frase, precursoras das violências e tiranias da conduta.

Nestas pompas sonoras da palavra escrita e falada, que é peculiar do entusiasmo, desaparece a ideia, que só vive da reflexão e da ciência fria.

Daí decorre que os americanos do Norte, os ingleses e os holandeses não conhecem esta poesia patriótica, esta literatura política, que se exala em cantos de guerra, que intimidam e afugenta a liberdade em vez de atraí-la. Os americanos do Norte não cantam a liberdade, mas a praticam em silêncio.

A liberdade para eles não é uma deidade, é uma ferramenta ordinária como o pé-de-cabra e o martelo.

Tudo o que falta à América do Sul para ser livre como os Estados Unidos é ter o temperamento frio, pacífico, manso e paciente para tratar de resolver os negócios mais complicados da política, que também o são para os ingleses e os holandeses, o que não exclui o calor às vezes, mas não vai jamais até o fanatismo que cega e extravia. A França entra na liberdade à medida que contrai este temperamento realmente viril, ou seja, frio.

O entusiasmo pátrio é um sentimento peculiar da guerra, não da liberdade, que se alimenta da paz. A guerra se fez mais fecunda desde que trocou o entusiasmo pela ciência, mas é mais filha do entusiasmo que da ciência.

Por que vínculo misterioso se viram irmanadas na América do Sul as noções de Pátria e de liberdade, o entusiasmo, a glória, a guerra, a poesia, de modo que hoje tratam com tanta paixão as questões públicas que permanecem indecisas precisamente porque não são tratadas com a serenidade e temperança que as faria tão expeditas e fáceis?

Não é difícil concebê-lo. Vista a pátria como foi considerada pelas sociedades gregas e romanas, a cujos olhos eram uma instituição religiosa e santa, a Pátria e seu culto encheram os corações com o entusiasmo inexplicável das coisas santas. Do entusiasmo ao fanatismo a distância não foi grande. A Pátria foi adorada como uma espécie de divindade e seu culto produziu um entusiasmo fervoroso como o da própria religião. Na independência natural e essencial da Pátria em respeito ao estrangeiro, se fez consistir toda sua liberdade, e em sua onipotência se viu a negação de toda liberdade individual capaz de limitar sua autoridade divina. Assim o guerreiro foi o vencedor de sua liberdade contra o estrangeiro, considerado como inimigo nato

da independência pátria, e a glória humana consistiu nos triunfos da luta sustentada na defesa da liberdade da Pátria contra toda dominação de fora.

A guerra tomou assim a sua santidade de seu objeto favorito, a liberdade da Pátria, a defesa de seu solo sagrado, e da santidade dos seus estandartes, símbolos benditos da pátria, seu solo e seus altares, entendidos, como entendiam os gregos e romanos, em seu sentido religioso.

Consideradas as coisas deste ponto de vista, a Pátria foi inseparável delas; o entusiasmo que infundiam as coisas santas e sagradas. A Pátria onipotente e absoluta absorveu a personalidade do indivíduo e a liberdade da Pátria, eclipsando a liberdade do homem, não deixou outro objeto legítimo e sagrado à guerra que a defesa da independência ou liberdade da Pátria com relação ao estrangeiro e sua onipotência com relação ao indivíduo que é membro dela.

Foi assim que no nascimento dos novos Estados da América do Sul, San Martín, Bolívar, Sucre, O'Higgins, os Carrera, Belgrano, Alvear e Pueyrredón, que haviam sido educados na Espanha e tomado lá suas noções de pátria e liberdade, entendendo a liberdade americana à espanhola, a fizeram consistir totalmente na independência dos novos Estados com relação à Espanha, como a Espanha o havia entendido com relação à França quando estava em guerra com Napoleão I.

Estes grandes homens foram sem dúvida campeões da liberdade da América, mas da liberdade no sentido da independência da Pátria com relação à Espanha; e se não defenderam também a onipotência da Pátria sobre seus membros individuais, tampouco defenderam a liberdade individual entendida como limite do poder da pátria ou do Estado, porque não compreenderam nem conheceram a liberdade neste sentido, que é seu sentido mais precioso. Onde, de quem poderiam tê-la aprendido? Da Espanha, que jamais a conheceu no tempo em que se educaram por lá?

George Washington e seus contemporâneos não estiveram neste caso, senão no caso oposto. Eles conheciam melhor a liberdade individual que a independência de seu país, porque haviam nascido, crescido e vivido desde o berço desfrutando da liberdade do homem sob a mesma dependência da livre Inglaterra.

Assim que, depois de conquistar a independência de sua Pátria, os indivíduos que eram membros dela se encontraram tão livres como haviam sido desde a fundação destes povos, e sua constituição de nação independente não mudou, mas confirmou suas velhas liberdades anteriores, que já conheciam e manejavam como veteranos da liberdade.

A glória de nossos grandes homens foi mais deslumbrante porque nasceu do entusiasmo que produziram a guerra e as vitórias da independência da Pátria, que nasceu onipotente com relação aos seus indivíduos, como havia sido a terra natal sob o regime onímodo do governo de seus reis, em que a Pátria se personificava. A glória onipotente de nossos grandes guerreiros da independência nascia do entusiasmo pela Pátria, que havia sido todo seu objetivo, porque a entendiam no sentido quase divino que teve na velha Roma e na velha Espanha. A glória de nossas grandes personalidades históricas da guerra da independência da pátria continuou eclipsando a verdadeira liberdade, que é a liberdade do homem, chegando o entusiasmo por estes homens simbólicos a tirar dos altares a liberdade propriamente dita.

Este é o terreno em que se tem mantido até aqui a direção de nossa política orgânica e de nossa literatura política e social, em que as liberdades da Pátria têm eclipsado e feito esquecer as liberdades do indivíduo, que é o fator e unidade de que a Pátria está formada.

De onde deriva sua importância a liberdade individual? De sua ação no progresso das nações.

É uma liberdade múltipla ou multiforme, que se decompõe e exerce sob estas diversas formas:

- Liberdade de querer, optar e escolher.
- Liberdade de pensar, de falar, escrever, opinar e publicar.
- Liberdade de fazer e proceder
- Liberdade de trabalhar, de adquirir e dispor do que é seu.
- Liberdade de estar, de ir e vir, de sair e entrar em seu país, de locomoção e de circulação.
- Liberdade de consciência e de culto.
- Liberdade de emigrar e de não mudar de país.
- Liberdade de testar, de contratar, de emprestar, de produzir e adquirir.

Como ela encerra o círculo da atividade humana, a liberdade individual, que é a liberdade capital do homem, é a obreira principal e imediata de todos os seus progressos, de todas as suas melhorias, de todas as conquistas da civilização em todas e cada uma das nações.

Mas o rival mais terrível desta “fada” dos povos civilizados é a Pátria onipotente e onímoda, que vive personificada fatalmente em Governos onímodos e onipotentes, que não a querem porque é limite sagrado de sua própria onipotência.

Convém, entretanto, não esquecer que, assim como a liberdade individual é a nutridora da pátria, a liberdade da Pátria é o paladino das liberdades do homem, que é membro essencial desta Pátria. Qual pode ser a Pátria mais interessada em conservar nossos direitos pessoais, senão aquela de que nossa pessoa é parte e unidade elementar?

Para dizer tudo em uma palavra final, a liberdade da Pátria é só uma face da liberdade do homem civilizado, fundamento e termo de todo o edifício social da raça humana.

NOTAS:

[1] “A Riqueza das Nações”, por Adam Smith, 1776.

[2] De Coulanges. “A Cidade Antiga”.

[3] De Coulanges. “A Cidade Antiga”.

[4] “A Cidade Antiga”, pág. 415

[5] De Coulanges, Livro V. Cap. II.

[6] “Ensaio de Moral, Ciência e Estética”, por Herbert Spencer.

[7] Adam Smith. “A Riqueza das Nações”, Livro II, Cap. V.

[8] Adam Smith. “A Riqueza das Nações”, Livro V, Cap. I.